

Texto produzido pela convidada professora Dra. Vera Bazzo, para a Live de abertura do Ciclo de Debates da Aesufope, em 27 de maio de 2020

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA COMPLEXIDADE DO MOMENTO ATUAL

Vera Bazzo

A formação de professores que conhecemos e de cujos contornos e formatos fomos/somos também resultado, tinha como centro de sua ação e reflexão a escola, um lócus físico, determinado e regulado por normas e princípios quase sagrados, tão nossos conhecidos, ao longo de nossas vidas. Lá encontrávamos os colegas, o corpo docente e os servidores técnicos, além do pessoal sempre solícito que cuidava da limpeza, da merenda, do jardim...atentos ao nosso bem estar geral. Muitas pessoas...cada qual com suas tarefas e compromissos, numa atividade febril e animada que tentava dar conta de todas as coisas que formavam o cotidiano de um dia letivo na ESCOLA, entendida por nós, como espaço por excelência do encontro, do diálogo, do trabalho coletivo com os colegas e com os alunos, todos eles carregando em suas mochilas (e em seu corpo) além de seu material escolar, suas circunstâncias sociais, políticas, humanas, espaciais e temporais, para dizer o mínimo. Neste local de trabalho diário, passávamos muitas horas em estreito convívio com muitas pessoas.

Dezembro de 2019. China anuncia uma doença nova e muito contagiosa. Começava a saga COVID 19. Janeiro e Fevereiro de 2020. Itália, Espanha entre outros países sofrem a escalada de mortes pelo novo corona vírus. O mundo é abalado por uma estranha e perigosa doença que infetava rapidamente os humanos e causava muitas mortes. Seu agente, um vírus até então desconhecido, mas extremamente ágil e certo no ataque. Março de

2020. Brasil apresenta os primeiros casos da Covid-19. Medidas sanitárias começam a ser tomadas, na tentativa de se evitar um contágio muito rápido com o consequente colapso e falência do sistema de saúde do país. As aulas foram suspensas nas escolas brasileiras devido ao que logo se caracterizou como uma pandemia. Desde então, todos nós sabemos, os sistemas educacionais federal, estaduais e municipais estão às voltas com um problema novo, complexo e mortífero. O que fazer? Todos se perguntam? Não há uma orientação centralizada e coerente com o tamanho do desafio, pelo contrário, o governo central mais atrapalha do que ajuda, como acompanhamos dia sim, outro também, e só o que nos apresenta é uma sucessão de crises.

Este, resumidamente, o cenário. Como ficam as atividades educacionais neste quadro? Cada unidade da federação saiu em busca de uma solução, por temporária que fosse. Ninguém sabia muito bem até quando o isolamento permaneceria, sendo essa a única forma de tentar conter a expansão geométrica da doença. As enormes desigualdades que afetam os sistemas de ensino ficaram nesse momento de impasse mais evidentes. Os efeitos das condições socioeconômicas nas desigualdades educacionais não podem mais ser negados. São, isso sim, escancarados.

Alguns estados, após o recesso escolar inicial, resolveram antecipar as férias, chegando agora ao limite dessas estratégias. No estado de São Paulo, por exemplo, o ano letivo foi oficialmente retomado em 27 de abril, mas a Secretaria da Educação do Estado (Seduc-SP) elaborou uma proposta de atividades não presenciais para orientar as unidades escolares no retorno ao trabalho: um conjunto de ações que buscam reproduzir em casa, de forma pouco articulada, as condições de ensino e aprendizagem das escolas. Aqui em Florianópolis, por exemplo, a SED, sem dialogar com os reais envolvidos, inclusive o próprio Conselho Municipal de Educação - CME,

que por força legislativa é quem deve normatizar qualquer iniciativa de solução alternativa, determinou por meio de uma lei aprovada a toque de caixa na Câmara de Vereadores que as atividades remotas para todo o sistema municipal iniciassem imediatamente, já deixando claro que iriam contar como horas letivas. Sim, porque na referida lei já constava que, em vez de dias letivos, agora seriam horas letivas num total de 800 para completar o ano escolar. Participei de toda a discussão subsequente porque sou membro do CME, suplente na representação da UFSC. Vocês podem imaginar como foi/está sendo difícil enfrentar a questão e seus desdobramentos.

Com base nesta experiência, com a qual aprendi muito como não se deve fazer improvisações pouco refletidas e apressadas, pelo simples afã de mostrar serviço ou de fazer de conta que está tudo sob controle, falo um pouco do que aconteceu. O CME, em sua autonomia e responsabilidade, tentou convencer a SED de ouvir a comunidade escolar, antes de impor um pacote pronto baseado em atividades remotas, solução para a qual, nem professores nem as famílias estavam minimamente preparadas. Não logrando êxito, o próprio conselho, que já estava sendo considerado um forte aliado das comunidades escolares, assumiu a iniciativa de organizar reuniões virtuais reunindo por proximidade as várias escolas e seus professores e pais para discutir os problemas e as possíveis soluções advindas da complexa situação: pandemia versus continuidade do ano letivo para crianças da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do município. A experiência tem sido muito boa e criativamente professores e pais têm encontrado as soluções melhores possíveis aos problemas que vão surgindo, numa parceria que sempre foi defendida por nossas entidades de educadores como sendo a mais orgânica e capaz de impulsionar positivamente a tão propalada articulação escola comunidade. Coisas

importantes estão acontecendo. Muito trabalho. Muitas dificuldades sendo superadas. Muita formação na emergência. Esses professores jamais serão os mesmos! O lema que move este belo movimento poderia ser – “Nenhuma criança sem atendimento ao seu direito inalienável à Educação”. O que se traduz, entre outras muitas coisas em: Nenhuma criança sem acesso ao material. Nenhum estudante sem merenda escolar... Nenhum pai e mãe sem acolhimento de seus problemas e dificuldades com a inusitada situação de terem que ser parceiros do processo de uma forma tão intensa. Para lhes contar como esses personagens – pais, mães, professores, técnicos, diretores, os próprios alunos – na verdade toda a comunidade - deram conta desse desafio enorme, em meio ao susto e ao inusitado cenário pandêmico, precisaríamos fazer um chimarrão, sentar ao redor do fogo e conversar muitas horas...

Daí passamos para o próximo ponto, que certamente será o último, pelo tempo que tenho para este começo de conversa.

Dos maiores desafios para uma educação remota, agora falando do país em geral – Conforme dados oficiais, 30% dos domicílios no Brasil não têm acesso à internet – (G1. Globo. com - maio 26, 2020). Logo, a base tecnológica para uma educação remota é ainda muito precária para extratos consideráveis da população escolar pública. Salta aos olhos o quanto é também desigualmente distribuída. Urge um esforço imediato e consistente do poder público em prover estes meios à população que deles não dispõe, se o destino da escola pós pandemia for a virtualidade. Este o grande risco. Há fortes interesses em jogo. Todos sabemos.

Em segundo lugar, mas não menos importante, está a necessidade de formação em grande escala de professores, tutores, pessoal técnico, etc... por mais que se tenha avançado ao longo dos últimos anos em desenvolvimento de programas de formação de quadros que bem se

movimentem no mundo da EAD, esta corrida ao ouro se deu/se dá mais por iniciativas de instituições privadas de ensino, basicamente as grandes corporações.

Se a EAD for também a saída preferencial dos governos para os sistemas públicos, estimulados pelas experiências do período pandêmico e apostando num possível enfraquecimento de nossa histórica resistência, precisaremos, então, de uma formação em serviço, logo formação continuada, muito bem discutida e pensada para os profissionais hoje em exercício. E também, a médio prazo, repensar os currículos dos cursos de formação de professores.

Falamos de uma formação para o uso adequado dos meios tecnológicos, mas, mais que isso, de uma formação que em tudo siga as diretrizes que já conseguimos, por meio de muita luta e trabalho, transformar em resoluções nacionais, hoje ameaçadas, infelizmente, mas que defenderemos até as últimas consequências. Faço aqui uma forte convocação a AESUFOPE para que continue na luta pela defesa da Resolução 02/2015 do CNE, atualmente substituída pela 02/2019, contra a qual fizemos no ano passado um grande movimento nacional de entidades, infelizmente sem acolhida pelo CNE. Esta mesma Resolução 02/2019, como se já não fora suficientemente retrógada, hoje está sendo revisada para novos e mais profundos retrocessos nas políticas públicas de formação dos profissionais da educação, conforme ouvimos da fala de Guiomar Namó de Melo, há uns dias. Hora de encerrar esta fala, de acordo com o tempo de que disponho. Para isso, lerei, como anfopeana que sou, a parte final do documento das entidades em que defendíamos a manutenção da Res. 02/2015:

“Reafirmamos nossa posição em defesa da Resolução CNE nº 02/2015, pois esta fortalece uma concepção de formação indissociável de uma política de valorização profissional dos professores para formação, carreira

e condições de trabalho e representa um consenso educacional sobre uma concepção formativa da docência que articula indissociavelmente a teoria e a prática, dentro de uma visão sócio-histórica, emancipadora e inclusiva, defendida pelas entidades acadêmicas do campo da educação.”

Florianópolis, 27 de maio de 2020.

Professora Vera Lúcia Bazzo